



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CECH - CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DHI - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**DOS PRIMEIROS SINAIS DE MANIFESTAÇÕES DA FÉ
CATÓLICA NA ALDEIA DO GERU/SE À CRIAÇÃO DA
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO**

LUIZ CARLOS SIMÕES FERREIRA

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2016.2

LUIZ CARLOS SIMÕES FERREIRA

**DOS PRIMEIROS SINAIS DE MANIFESTAÇÕES DA FÉ
CATÓLICA NA ALDEIA DO GERU/SE À CRIAÇÃO DA
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Universidade Federal de Sergipe como
requisito para obtenção do título de
Licenciatura Plena em História, sob a
orientação do professor Dr. Claudefranklin
Monteiro Santos.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2016.2

RESUMO

Com a expansão da fé católica pelas diversas partes do mundo, e o contato da cultura europeia com a cultura do novo mundo, entre os séculos XVI e XVIII, diversas transformações foram estabelecidas e contribuíram para os novos caminhos da sociedade humana e da História nos séculos posteriores. Nesse aspecto, esse texto, que se apresenta como uma revisão bibliográfica, busca entender como se deram as primeiras manifestações e surgimento das práticas católicas na antiga aldeia do Geru, onde hoje se localiza a cidade de Tomar do Geru/SE, até a criação da Paróquia de Nossa Senhora do Socorro, a luz das principais contribuições sobre o assunto nos últimos anos.

Palavras-chave: Jesuítas – Catolicismo – Geru.

ABSTRACT

With the expansion of the Catholic faith in various parts of the world and the contact of European culture with the culture of the new world between the sixteenth and eighteenth centuries, various transformations were established and contributed to the new paths of human society and history in the centuries Later. In this aspect, this text, which presents itself as a bibliographical review, seeks to understand how the first manifestations and emergence of Catholic practices occurred in the ancient village of Geru, where today the city of Tomar do Geru / SE is located, until the creation of Parish of Our Lady of Socorro, the light of the main contributions on the subject in recent years.

Keywords: Jesuits - Catholicism – Geru.

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO.....06
- **UM OLHAR SOBRE A ANTIGA ALDEIA DO GERU, ONDE TUDO
COMEÇOU** 08
- **PRIMÓRDIOS DO VIVER CATÓLICO NA ALDEIA DO GERU**
.....13
- **A TRANSFORMAÇÃO DAS MISSÕES EM PARÓQUIAS: A CRIAÇÃO
DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO SOCORRO**
.....17
- CONSIDERAÇÕES FINAIS25
- FONTES.....26
- BIBLIOGRAFIA.....26

APRESENTAÇÃO

O estudo da temática surge, de modo particular, dos anseios de pesquisa e particularidades do autor, por este ter vivenciado parte da sua vida na presença dessa localidade, e assim, no decorrer dos anos, crescer ouvindo as várias histórias que rodeiam o lugar. Estas, despertaram em si a curiosidade de buscar e conhecer mais, agora por meio do trabalho científico. Nesse sentido, esse estudo busca entender como se deram as primeiras manifestações e surgimento das práticas católicas na antiga aldeia do Geru, onde hoje se localiza a cidade de Tomar do Geru/SE, à luz dos trabalhos já desenvolvidos e das fontes disponíveis.

Como já é sabido, particularmente por meio da dissertação de Mestrado, de Ane Luíse Mecenass Santos (Conquistas da fé na gentildade brasílica – A catequese jesuíta na aldeia do Geru – 1683-1758)¹, nossa principal interlocutora, os primeiros momentos da catequese jesuítica no processo de conversão dos nativos da aldeia do Geru, as primeiras práticas da fé católica que chegara a aldeia, esse contato entre culturas tão distintas, o processo de ereção do Templo votivo a Nossa Senhora do Socorro e elevação à condição de paróquia, o fim das missões e a expulsão dos jesuítas dessa localidade foram aspectos marcante da história da cidade.

Na primeira parte deste artigo, intitulado *Um olhar sobre a antiga aldeia do Geru, onde tudo começou*, faremos uma abordagem dos primeiros registros sobre a povoação, que antes de se tornar o atual município de Tomar do Geru, quando era uma aldeia de nativos indígenas. Destacar os primeiros sinais de existência da localidade, conhecer quem foram seus primeiros habitantes, assim como os habitantes externos que para lá se deslocaram, alguns dos costumes dos índios *Kiriri*.

Toda essa primeira parte está fundamentado por importantes trabalhos que abrangem a temática. Dando destaque, assim, como já dissemos para o livro de Ane Luíse Silva Mecenass Santos, intitulada *Conquistas de fé na gentildade brasílica: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683 – 1758)*, ela que deu direcionamento para outros escritos importantes sobre o tema, traz fundamentos para o entendimento da instalação dos padres jesuítas e o trabalho de conversão dos gentios da localidade.

Outros importantes trabalhos de historiadores sergipanos também fundamentam a nossa abordagem bibliográfica, são eles: os trabalhos de Maria Thétis Nunes com destaque

¹ O trabalho foi publicado em 2016, pela EDISE, em formato de livro, e está entre os trabalhos mais completos e definitivos sobre a instalação da fé católica em Geru.

para o livro “Sergipe Colonial II”. Serafim Leite com seu trabalho sobre a “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Beatriz Gois Dantas “Missão Indígena no Geru”, entre outros a nível nacional como Carpeaux, Caeiro, Almeida, entre outros. Sendo assim, com essas informações se entenderá os primórdios do início da formação do lugar, levando a uma maior compreensão desse estudo.

Na segunda parte, *Primórdios do viver católico na Aldeia do Geru*”, trata-se de uma abordagem da temática do momento inicial da catequese dos padres jesuítas e conhecimento por meio dos indígenas das práticas da fé católica. Aqui, mais uma vez será fundamental as questões postas por Anne Luíse Mecnas, assim como trabalho de Sodré, Sebe, Leite, entre outros.

A terceira parte, intitulada *A transformação das missões em Paróquias: a criação da Paróquia Nossa Senhora do Socorro*, faremos uma reflexão do processo que levou a transformação das missões jesuíticas em Paróquias, e a extinção dessas missões. No decorrer desta parte, serão discutidas algumas das medidas que levaram a essas transformações no arcebispado da Bahia, a qual a missão do Geru pertencia. As novas paróquias que foram criadas e o processo de escolha dos novos párocos Para tanto, nos valem do trabalho do historiador Fabrício Lyrio Santos, intitulado *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750–1800)*, que nos trouxe embasamentos fundamentais para o entendimento do tema abordado.

Longe de pretender me aprofundar no assunto, tão bem discutida pelos autores aqui citados, trata-se apenas de uma reflexão temática em torno de uma revisão bibliográfica, com o uso de alguma fonte primária. Queremos, tão e unicamente, refletir sobre a história de um lugar de Sergipe, cuja fé católica foi decisiva para a fomentação de sua identidade, particularmente aquele que nos diz respeito, em sua individualidade.

UM OLHAR SOBRE A ANTIGA ALDEIA DO GERU, ONDE TUDO COMEÇOU

A nossa viagem no tempo nos obriga a buscarmos entender que o mundo europeu vivia nesse momento um processo de expansão territorial, através da descoberta e conquista das terras além-mar. É a partir desse período também que haverá a expansão da fé católica por diversas regiões do mundo, por meio das atividades e trabalhos de diversas ordens religiosas e que aqui destacaremos o trabalho da Companhia de Jesus.

Nesse período, estava também ocorrendo transformações e mudanças no seio da Igreja Católica Romana, com a reforma protestante idealizada por Martinho Lutero em 1517, que rompia com as práticas tradicionais católicas e que se colocaria em oposição com a Igreja romana. A Santa Sé tomou medidas para barrar a expansão do protestantismo que começava a se expandir mundo a fora. Em enfrentamento a essas alterações, como uma das primeiras medidas tomadas pela Igreja romana, está a criação do Concílio de Trento, que foi o marco inicial das medidas da Contra Reforma católica, buscando assim reorganizar internamente a igreja a fim de combater as heresias e mudanças que estavam surgindo no mundo moderno.

Além da criação do Concílio de Trento, a Igreja usará nesse momento também a criação de outros movimentos para o combate do avanço da reforma protestante. Um desses novos movimentos criados no seio da Igreja romana no período é a Companhia de Jesus, que será discutida nesse trabalho. Assim nos afirma Roberto Santos:

Entre os instrumentos da Contrarreforma sobre o domínio papal, podemos citar a Companhia de Jesus ou movimento jesuítico. Esse movimento impôs sua força no Concílio de Trento, que serviu de base para a Contrarreforma. Dessa forma, os jesuítas tornaram-se uma das mais eficientes armas da Igreja contra o avanço do protestantismo não só no Velho Continente, mas principalmente na colonização do Novo Mundo. (2010, p. 15).

A criação da companhia de Jesus vai estar intimamente ligada à biografia de seu fundador, Inácio de Loyola, que antes de se converter a fé católica era um nobre de renome.

(...) Tornou-se um dos mais fervorosos devotos desses santos. Inácio de Loyola acabou rompendo com uma tradição da época, uma vez que deixou suas obrigações como nobre e, desfazendo-se de todos os seus bens, peregrinou até Jerusalém. Foi aí que começou a escrever as primeiras ideias que transformaria em guia devocional dos jesuítas: *os Exercícios Espirituais*. (SANTOS, 2010, p. 15).

De acordo com Arnaut e Ruckstadter (2003), a criação da Companhia de Jesus representou uma grande força na Reforma Católica para o momento que vivia. Eles afirmam que:

Nesse mesmo tempo, o impulso das navegações por “novos mares”, a transformação econômico-cultural do início dos Tempos Modernos, aliados ao desnudamento das antigas representações e exteriorizações da fé, levaram direta e indiretamente ao profundo reordenamento da administração eclesiástica, da pastoral e das práticas de culto na Igreja Católica – com grandes reverberações no meio social europeu e, também, nas culturas que se formavam, especialmente na América. Não foi por acaso que a Companhia de Jesus representou a maior força na Reforma Católica e na Contra-Reforma. Sem dúvida que ela atendeu às necessidades da época e justamente por isso foi tão bem sucedida. (ARNAUT E RUCKSTADTER, p. 260).

O trabalho da expansão da fé católica por meio da Companhia de Jesus vai estar vinculado e ligado também aos interesses da Coroa Portuguesa na sua expansão territorial no período das grandes navegações e colonização das novas terras. Santos (2010), cita que:

A chegada definitiva dos jesuítas em solo brasileiro aconteceu em março de 1549, todos enviados pela Companhia de Jesus para acompanhar a comitiva do Governador Geral Tomé de Sousa, que chegou acompanhado dos padres jesuítas e de uma comitiva composta por funcionários, soldados, artesãos e colonos. O superior da Companhia de Jesus nessa empreitada era Manuel de Nóbrega. Ele e seus companheiros, em solo brasileiro, foram conviver por aproximadamente um ano com os índios, assimilando, dessa forma, sua língua, costumes e cultura. (SANTOS, 2010, p. 24).

De acordo com Severino Vicente (2001),

(...) é importante sempre lembrar que a chegada dos portugueses nestas terras, hoje chamadas Brasil, ocorreu sob o lema da expansão da cristandade europeia, formada ao longo da Idade Média. Sendo assim, além das motivações econômicas e políticas, os portugueses trouxeram em sua bagagem também interesses religiosos.

Dentro dessa perspectiva, como nos afirma Andrade, os portugueses tinham como plano:

(...) legitimar a conquista das novas terras colocando-as sob seu selo de propriedade como também converter os habitantes da terra a cristandade. Desta forma, cabia a Igreja levar aos gentios a aceitação e dominação política e religiosa da metrópole e competia às tropas militares garantir através da força a conquista do território. (ANDRADE, 2014, p. 20).

Esse processo de expansão territorial europeia e da fé católica chegou ao Brasil e posteriormente às terras acima do rio real, assim chamadas por estarem localizadas próximas a esse rio na divisa com o atual estado da Bahia, e as terras onde se localizava a então aldeia do Geru.

A chegada da Companhia de Jesus às terras sergipanas se dá juntamente com a primeira tentativa de colonização dessa localidade no século XVI:

A visita dos padres jesuítas à capitania de Sergipe acontece junto com a primeira tentativa de colonização destas terras no século XVI. Os membros da Companhia de Jesus exerceram uma função importante na estruturação da conquista na região entre as províncias da Bahia e Pernambuco. Na política de desbravar as colônias na busca da salvação das almas de indígenas e colonos, os padres jesuítas foram essenciais para o processo de colonização de Sergipe. (SANTOS, 2010, p. 29).

Ainda segundo Andrade, sobre a fixação da primeira presença jesuítica em terras sergipanas, esta ocorre:

(...) em janeiro de 1575, o Padre Gaspar Lourenço, um homem de grande conhecimento da língua indígena, e seu irmão João Salônio se fixaram na região do Rio Real. Desta feita, a presença da Igreja Católica paira sobre os ares desta terra. Iniciam, as suas missões com a fundação da Missão de São Tomé (provavelmente, onde hoje localiza-se a cidade de Santa Luzia). (ANDRADE, 2014, p. 28).

Nunes ainda enfatiza esse fato, pois de acordo com ela:

(...) os primeiros assentamentos que comprovam a ocupação dos jesuítas são datados de 1575. Esses padres chegaram ao solo sergipano e buscavam o controle da população indígena dessa região, além de assegurar as terras doadas em forma de sesmarias pelo Estado português com a fundação das aldeias de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo, dominação representada pelo padre da Companhia de Jesus, Gaspar Lourenço, e o irmão João Salônio, que fundaram a primeira missão, reduzindo a população local. (NUNES, 1996, p.225).

É nesse processo de ocupação jesuítica pela Capitania de Sergipe Del Rey, que dentre os projetos de expansão da fé católica, estará à aldeia do Geru inserida nos planos da catequese dos padres jesuítas.

Conforme nos aponta Felisbello Freire, “(...) dentre os primeiros registros que fazem alusão à aldeia do Geru há a passagem de Belchior Dias Moreyra pela região. Belchior foi importante figura do processo de colonização de Sergipe. Chegou a essas terras, acompanhado a expedição de 1590 de Cristóvão de Barros”. (1977, p.101).

Assim, a aldeia do Geru já é citada desde o processo de colonização da Capitania de Sergipe Del Rey.

Com esses primeiros relatos sobre a aldeia do Geru, sendo denominada às vezes de Geru, Juru², Juruaçu ou Geruaçu, podemos perceber que a sua existência remonta desde os primórdios da colonização devido a utilidade de uso dos gentios nas batalhas existentes nesse processo colonizador.

Ane Luíse destaca que:

De acordo com a documentação consultada, a aldeia do Geru (Juru, Juruaçu ou ainda Geruaçu) se encontra presente, nestes primórdios da colonização, principalmente no que diz respeito ao envio desses gentios às batalhas com outros índios ou na destruição de mocambos nas proximidades da região. (SANTOS, 2011. p. 65).

Como se vê, o primeiro aspecto dos registros iniciais da aldeia do Geru, com a presença do homem branco, uma figura do processo de colonização de Sergipe, ressaltando que essa não foi a única presença branca que passou pela aldeia, muitas outras virão, mas agora por meio da fé. Eram os padres jesuítas que viriam por em prática o seu plano de catequese e expansão da fé católica na localidade que as discutiremos a seguir.

Como havia dito, a aldeia do Geru estava inserida nos planos e projeto de catequese jesuítica na região e assim foi feito. Há, porém algumas incertezas sobre a data real da fixação dos padres jesuítas para a missão nessa localidade, sendo que os pesquisadores afirmam algumas supostas datas para esse momento inicial da fixação dos jesuítas na aldeia.

A primeira data delas é 1575, onde em um artigo, Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior aponta a existência de uma igreja “rústica” no Geru desde fevereiro de 1575³. Porém há controvérsias sobre esse relato do Lima Júnior, pois segundo Ane Mecnas:

Sabe-se que naquele ano os jesuítas iniciaram as tentativas de ocupação, mas são apontadas apenas as três missões já mencionadas: São Tomé, Santo Inácio e São Paulo, todas posteriormente destruídas. Os doutrinadores retornaram ao território sergipano com a doação de sesmarias em outros locais, não tendo sido encontrada nenhuma referência à ocupação deles na área do Geru. (SANTOS, 2011, p. 70).

² Segundo Serafim Leite, Juru, com base no tupi, significa “boca”, “entrada” e um pouco depois passou a ser Geru, cujo sentido é “lagarto”. (LEITE, 1945. P. 235).

³ JUNIOR, Francisco Antônio Carvalho Lima. **Uma página sobre a Companhia de Jesus em Sergipe (1575-1759)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 31. 1992.

Serafim Leite (1945, p.325), afirma que

(...) o aldeamento aparece no catálogo de 1692, como estando sob “assistência dos padres Luiz Mamiani e João Baptista Beagel e o Ir.Manuel de Sampaio, estudante da língua Quiriri”. A aldeia nesse catálogo é referida pelo nome de Juru, que, com base no tupi, significa “boca”, “entrada” e um pouco depois passou a ser Geru, cujo sentido é “lagarto”.

Com a presença de uma nova ordem religiosa, um novo momento na vida da aldeia se iniciará, é a catequese jesuítica que terá o seu início. Era chegado o momento de encontro de duas culturas totalmente distintas: a cultura religiosa branca europeia que trazia em sua bagagem o projeto da expansão e o ensinamento da fé católica entraria em contato com a cultura indígena da aldeia do Geru, conhecedora apenas dos seus costumes e aspectos culturais locais. É o momento para ambas as culturas que se encontravam conhecer o outro, o novo.

Na aldeia do Geru podemos constatar que as questões da fé e as questões econômicas estiveram dia a dia atreladas à vida na missão. A presença jesuítica na aldeia é marcada por impasses desde a fixação pela compra do território aos Carmelitas, até as disputas com os senhores de gado pela mão de obra indígena, bem como com o próprio gentio no processo de conversão. (SANTOS, 2011, p.63).

Outro aspecto importante desse momento inicial de contato dos padres jesuítas com os índios Kiriris da aldeia do Geru foi a maneira usada pelos inacianos para facilitar o êxito da catequese e o entendimento dos índios, fazendo assim por meio da língua nativa.

Os discípulos da Companhia de Jesus, seguidores de Inácio de Loyola tinham uma característica muito particular praticada durante os processos de catequese, sendo *“conhecidos pelo aperfeiçoamento das técnicas de catequizar os índios e educar os filhos dos colonos. Junto a essas tarefas também participaram da edificação de alguns estabelecimentos arquitetônicos”* (SANTOS, 2011, p. 83).

As igrejas desempenhavam um papel muito importante no processo de implantação da fé católica entre os gentios, seja na aldeia do Geru como assim foi feito, como em outras localidades por onde passaram os religiosos jesuítas.

OS PRIMÓRDIOS DO VIVER CATÓLICO NA ALDEIA DO GERU

É preciso entender como essa nova cultura religiosa europeia começaria na prática os seus atos do catolicismo na aldeia Kiriri. Como vimos anteriormente, o contato dos padres jesuítas com os índios da aldeia do Geru não se deu de forma tão pacífica, houve-se estranhamento no contato entre as duas tão distintas culturas. No processo da imposição da fé católica, em um mundo religioso totalmente diferente daquele dos seguidores da fé católica romana, os índios expressariam o seu estranhamento com essa nova religiosidade que assim chegava a sua aldeia.

Os jesuítas também traziam na sua proposta de conversão do gentio, o dito combate às práticas tidas como demoníacas. Pois após a implantação e instalação dos jesuítas nas aldeias, esses:

[...] teria que se preocupar com os perigos de um extenso território hostil, a fim de convencer grupos indígenas a transferir-se para estas propriedades. Segundo a visão jesuítica, a natureza tropical teria sido abandonada por Deus e por isso era encarada como um local misterioso, temível, passível de ser a morada do Diabo. (NEVES, 1978, pp. 40 – 41).

As missões e locais criados pelos padres jesuítas eram considerados como lugares seguros, e neles os índios estariam protegidos contra o mal das práticas contrárias a nova fé. Esta trazia em si um conjunto de novos termos, regras, simbolismos, dogmas, e práticas, que em tudo eram ao mesmo tempo novo e estranho para os gentios. Nesse sentido, a figura do missionário era de suma importância nesse processo de “implantação” das práticas religiosas católicas, pois segundo Marcos Roberto Faria (2017):

O missionário era, por definição, aquele que se ocupava em buscar sua própria salvação na redenção de seu próximo. No caso da aldeia, esse próximo era o índio. Salvar o índio era, no modo de entender do missionário, fazê-lo abandonar seus costumes “diabólicos” e impor-lhe o temor e a civilidade. Tal empresa se faria, acima de tudo, pela educação do corpo e dos sentidos. Nesse sentido, o regimento desenvolveu uma pedagogia religiosa destinada ao índio, baseada no princípio da repetição.

Já no início dos contatos nesse processo de implantação da fé católica, os inacianos já introduzem uma série de mudanças no campo da aldeia, a fim de dar uma nova imagem ao lugar.

Com esses contatos iniciais, o universo sagrado se misturará com o profano, estabelecendo assim uma linguagem e comunicação entre as duas culturas no interior da aldeia. O tempo será concebido de uma nova forma. Afirma-nos Ane Mecenas que:

A concepção de tempo passa a ser permeada pelo universo cristão, do sagrado e profano, como coletivo e individual. E, após os primeiros contatos e a metodologia empregada pelos jesuítas, a comunicação passa então a ocorrer. Dessa forma, a palavra passa ser embevecida pela cosmologia do universo cristão e do universo do gentio. (SANTOS, 2011, p. 103).

Nesse processo de catequese, os jesuítas utilizaram de formas distintas para a conversão dos nativos da aldeia. Assim:

Na aldeia do Geru, foram identificados três discursos de conversão. Três formas de educar, três formas de converter, três formas de tentar levar a fé cristã aos índios. Três assim como a santíssima trindade. Podemos pensar como uma educação pelo dito e outra pelo não dito. Na categoria do dito destaco dois instrumentos utilizados a Gramática e o catecismo Kiriri, elaborados na dita aldeia que serviam para efetivamente a conversão dos gentios. E na categoria do não dito, incluiu a Igreja de Nossa Senhora do Socorro.⁴

De acordo com Leite (1945, p. 326), esses instrumentos de conversão foram produzidos pelo padre Luiz Mamiani della Rovere, o catecismo kiriri, a gramática e ainda foi responsável pela construção do templo religioso da aldeia.

Portanto, os padres jesuítas na aldeia do Geru, não utilizarem apenas a oratória e o discurso para a implantação da fé católica na aldeia. Estruturas concretas da nova fé eram de fundamental importância nesse processo, sendo a principal delas a construção de uma igreja, com todos os seus significados e propósitos, pois os nativos viriam nela mais concretamente a nova fé, servindo também como um objeto catequizador para o momento.

As imagens a seguir ilustram a singela fachada e a exuberante beleza do interior da Igreja Nossa Senhora do Socorro, da missão do Geru.

⁴ MECENAS, Ane Luíse Silva. **Registros da Cristandade no Novo Mundo: A Catequese Jesuítica em Sergipe Colonial**. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0757.pdf>. Acesso em 04 de março de 2017. (P. 7)



Imagem 01. Igreja Nossa Senhora do Socorro – Fachada. FOTO: Arquivo Pessoal. Tirada em 11 de agosto de 2013.



Imagem 02. Interior da Igreja Nossa Senhora do Socorro. FOTO: Arquivo Pessoal. Tirada em 10 de fevereiro de 2013.

O imaginário indígena era muito trabalhado pelos padres, buscando associar as representações da nova fé ao entendimento da vida habitual dos nativos. De acordo com Nelson Werneck Sodré:

Pondo de parte, na catequese, os métodos tradicionais de persuasão, deixando de lado os artifícios comuns do raciocínio, os padres dirigiam-se à imaginação dos indígenas, utilizavam recursos a que eles eram sensíveis, buscavam aproximar o mais possível as suas criações de tudo aquilo que era a vida habitual do selvagem. (SODRÉ, 1960, p.70).

Na metodologia jesuítica, utilizada para ensinar a língua geral, “*os índios deveriam primeiro aprender as palavras, depois seu significado, e em seguida as intenções.*” (SEBE, 1982, p.79.) Essa “metodologia” usada pelos padres jesuítas era a forma encontrada pelos inicianos para instruir os nativos na nova fé. Dessa forma as práticas religiosas no cotidiano eram feitas da seguinte forma:

Terminada a oração, que se diga uma Missa para que os índios possam ouvi-la antes de ir tomar seu serviço e antes ou depois da Missa que se lhes faça a doutrina por um tempo curto, mais ou menos um quarto de hora, repartindo o diálogo de modo a ensiná-lo inteiro ao menos uma vez na semana, e à tarde tanto na semana como aos domingos, que se ensinem as orações da doutrina e que se tome um pouco de tempo para particular instrução daqueles que devem ser batizados, casar-se ou comungar de novo. (Para las Aldeias, §10, ARSI, Bras. 2, fl. 146)

Compreendemos assim, que os primórdios do viver católico na aldeia do Geru foi marcado primeiramente pelo conhecimento não só da língua dos índios Kiriri mas também das suas práticas. Os contatos iniciais foram marcados pelas “novidades” trazidas pelos padres jesuítas, sendo necessário catequizar os nativos da aldeia para que esses ao conhecer a nova fé pudessem vivê-la em sua vida cotidiana.

A TRANSFORMAÇÃO DAS MISSÕES EM PARÓQUIAS: A CRIAÇÃO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO SOCORRO

Nesse momento refletiremos sobre a transformação das missões jesuíticas em paróquias, nos adentrando na discussão sobre a elevação do templo votivo a Nossa Senhora do Socorro à condição de paróquia e todo o processo que levou a esse feito.

Os motivos que levaram a esse processo de transformações no interior das missões do sertão da Capitania de Sergipe Del Rey e na Capitania da Bahia, todos os interesses e propostas envolvidas, assim como toda a relação do governo português com a arquidiocese da Bahia e a Santa Sé Romana, serão discutidos nesse momento do nosso trabalho.

Com a expansão da colonização durante os séculos XVII e XVIII, para o interior do vasto sertão da capitania, esta *“ensejou a ampliação das missões e do número de aldeamentos a cargo dos missionários, promovendo também o crescimento do número de paróquias, sobretudo no litoral e no recôncavo baiano”*⁵, para que cada vez mais houvesse a assistência de padres nesses lugares. Vale ressaltar que mesmo com a expansão da colonização e a possível expansão das missões pelo sertão da capitania, estes não foram suficientes para suprir um dos principais problemas que se situavam no momento: a “deficiência” da assistência de padres no sertão devido a grande extensão dessa região e a pouca quantidade de sacerdotes disponíveis.

Este será o primeiro motivo que levará a uma maior reflexão por meio do arcebispado da Bahia e Coroa Portuguesa para questões voltadas à resolução desse problema.

Essa expansão foi vista também como insuficiente, devido a sua não total eficácia, como nos afirma Fabricio Lyrio Santos:

Apesar do aumento do número de paróquias, o sertão da capitania continuou mal assistido de párocos até o fim do período colonial, e mesmo no Império. Seu imenso território estava mal dividido e as paróquias abrangiam regiões imensas, inviabilizando a presença efetiva do pároco e a frequência dos fregueses aos sacramentos. (SANTOS, 2012. p.137).

Outro aspecto importante desse processo de expansão foi o não tratamento adequado dado aos colonos pelos missionários, que levou também a falha nessa assistência prestada. Santos cita que:

⁵Alvará de 7 de junho de 1755. APEB, seção Colonial e Provincial, ordens régias, livro 60, doc. 82.

(...) a multiplicação de missões pelo sertão destinadas ao contato e à conversão dos grupos indígenas era um importante vetor de ocupação e colonização, mas também era vista, por alguns, como insuficiente para o povoamento e a cristianização do vasto território sertanejo, alegando-se que os missionários não atendiam adequadamente aos colonos, que acabavam ficando menos assistidos do que os próprios índios, recém-convertidos ao cristianismo. (SANTOS, 2012. p.139).

Como havia dito, algumas propostas levaram ao governo português e arcebispado da Bahia a refletirem sobre a real situação das missões no sertão da capitania. Essa primeira proposta se dar em 1698 por meio do aparecimento de um documento anônimo, no Conselho Ultramarino⁶ na Bahia, que tratava sobre “o estado das missões do sertão da Bahia”⁷. O documento não era assinado, o autor se identificava apenas por “um religioso entre todos os vassallos de V. Mag.de o mais inhabil, e, como tal, indigno de mais expresso, ou avultado nome, mas toda via affectivam.te zeloso do serviço de DEOS, e do de V. Mg.de”⁸. Segundo Santos, o religioso autor do documento:

(...) se dizia informado a respeito dos sertões do Brasil por pessoas religiosas e fidedignas, revelando não conhecê-lo por experiência própria. No papel que encaminhou ao Conselho Ultramarino ele apresenta uma breve relação ou descrição dos sertões, demonstrando a falta de cuidados espirituais de que padeciam os colonos, indica as consequências desse estado de coisas e, por fim, prescreve os remédios que entendia serem necessários. (SANTOS, 2012, p. 139)

Essas afirmações do referido autor anônimo, levaram a uma série de reflexões no interior do Conselho Ultramarino, sobre a origem do documento e quem era esse religioso que por meio desse fazia uma série de críticas ao funcionamento das missões no interior do sertão da capitania. O autor do documento afirmava com certa veemência que “quase todos os moradores do sertão viviam e morriam à maneira de gentios, motivo de espanto por serem habitantes de terras “q tem o nome de Colonias de Portugal”. Esquecida a religião, multiplicavam-se os insultos, homicídios, violências e venialidades” (SANTOS 2012, p. 141) Em contraponto a essas críticas, no documento o autor também apresenta possíveis três “remédios” para resolver esses males apontados por ele:

⁶ O Conselho Ultramarino foi um órgão criado por D. João IV, em Lisboa, regulamentado pelo Regimento de 14 de julho de 1642, com atribuições em áreas financeiras e administrativas, primeiro, da África portuguesa e da Índia portuguesa e, depois, de todo o ultramar, incluindo o Brasil.

⁷ AHU/BA, Castro e Almeida, cx. 3, doc. 344. Há uma ordem régia datada de 15 de dezembro de 1698 que manda consultar no Conselho Ultramarino “o papel incluzo q se me fez prez.te por maõ de Roque Montr.oPaym do meu Cons.o e meu secr.o sobre o estado das missõiz do certaõ da Bahia”. Provavelmente essa ordem se refere ao mesmo documento que estamos tratando. Cf. AHU/BA, Avulsos, cx. 3, doc. 275.

⁸ AHU/BA, Castro e Almeida, cx. 3, doc. 344, fl. 1. Transcrito parcialmente em ABN, XXXI, p. 22-26.

O primeiro era o aumento do número de prelados diocesanos que pudessem cumprir devidamente as obrigações pastorais. O segundo remédio era nomearem-se mais visitadores, suposto que, mesmo multiplicando-se as dioceses, continuaria havendo distâncias consideráveis a serem vencidas. O terceiro remédio seria o aumento do número de párocos e igrejas paroquiais, medida imprescindível, que deveria ser concomitante ao crescimento das povoações. O quarto remédio, finalmente, dizia respeito aos missionários. O autor classifica-os em três tipos: os que percorriam as freguesias pregando e confessando os moradores católicos; os que as percorriam visando apenas reunir os índios e aldeá-los e os que assistiam os índios já aldeados, residindo nas aldeias.⁹

O Conselho Ultramarino, não aceitou as críticas advindas e deu a sua resposta ao documento anônimo, por meio do seu secretário Roque Monteiro Paim. Este argumentou que o autor do documento:

(...) não estava bem informado a respeito dos sertões do Brasil. Ele teria atribuído nomes confusos para as localidades, afirmado que havia apenas três caminhos ligando o recôncavo ao sertão, quando na verdade eram sete, e dito que os sertões estavam desertos, quando na verdade estavam povoados ao longo de uma faixa de cerca de seiscentas léguas desde o cabo de Santo Agostinho até o Rio Grande do Sul. (SANTOS, 2012. p. 142)

Assim, “o parecer de Roque Paim confirmava a representação do religioso anônimo no tocante ao modo como viviam os moradores do sertão, ou seja, “*dezamparados de mestres da fé, e ministros da Igreja*” (SANTOS, 2012, p. 143). No entanto, o secretário discordava do autor da representação anônima com relação à insuficiência do trabalho dos bispos, visitadores, párocos e missionários. Para ele, os ministros da religião agiam no sertão com o máximo de suas forças, não obtendo maiores resultados por causa das distâncias e das grandes dificuldades enfrentadas por todos (SANTOS, 2012, p. 143). O secretário ainda rebateu aos “remédios” que o autor anônimo do documento citava, recomendando:

(...) ao contrário do autor da representação, duas soluções para remediar o mau estado em que se vivia no sertão: por um lado, enviar missionários para todos os índios que viviam em aldeias e sacerdotes, distribuídos a cada vinte léguas, para atender aos moradores dispersos e converter os gentios de corso. A sustentação destes missionários seria feita usando-se as terras de cada aldeia, onde os religiosos poderiam ter suas lavouras e criações para si e para o culto divino.. (SANTOS, 2012. p. 143)

⁹ ABN, XXXI, p. 229.

Ressaltamos que com as críticas advindas por esse documento anônimo e a resposta do secretário ultramarino, estas levaram o conselho a refletir sobre o fato criticado, e em linhas gerais “os conselheiros admitiram a necessidade de aumentar o número de operários para “taõ larga Ceara”, mas não se furtaram a defender os bispos e seu papel na promoção das missões” (SANTOS, 2012, pp. 143 – 144).

Com a virada do século XVII para o XVIII, ainda na primeira metade do novo século, por volta das décadas de 1730 e 1740, outro episódio vai mobilizar a atenção do reino e das autoridades civis e religiosas da colônia, para esse pertinente assunto: a extinção das missões e a necessidade de expansão do número de paróquias. Dessa vez a proposta endereçada ao Conselho Ultramarino não foi anônima, foi proposta por Diogo da Conceição. Mas quem era essa pessoa que mais uma vez levaria ao Conselho Ultramarino e os responsáveis a refletirem sobre os problemas nas missões no sertão da capitania?

De acordo com o vice-rei André de Mello e Castro, “Diogo da Conceição era viúvo e natural de Pernambuco. Após o falecimento da esposa, tinha ido morar na Bahia, onde serviu de terciário no Convento de São Francisco e depois passou para o de Nossa Senhora da Piedade”¹⁰. Este era caracteristicamente considerado como “demaziadamente falador, e entrometido”, e havia atraído suspeitas de desviar esmolas, fatos que lhe teriam rendido a expulsão do convento. Foi para as minas, de onde teria viajado pelos sertões e reunido as informações que usaria na representação entregue ao Conselho Ultramarino”.¹¹

A proposta dada por Diogo da Conceição para a resolução desses possíveis problemas, era segundo ele, fundamental que:

(...) o monarca aumentasse o número de paróquias no sertão, à semelhança do que havia sido feito em 1718, a partir da súplica apresentada por D. Sebastião Monteiro da Vide. Para conseguir tal intento, o rei poderia converter em paróquias as missões existentes, e os índios passariam a ser governados “no espiritualpellos Reverendos Bispos, e no temporal, pellos governadores e mais Ministros como os mais vassallos de V. Magd.e que já naõfaltaõpellos sertões para lhe fazerem justiça¹².

¹⁰ AHU/BA, Avulsos, cx. 88, doc. 7231.

¹¹ AHU/BA, Avulsos cx. 81, doc. 6712.

¹² Ibidem.

Nesse momento após essas primeiras reflexões sobre os motivos que acarretaram nas transformações das missões em paróquias, nos adentraremos agora nas ações e posicionamentos do arcebispado da Bahia a partir de 1749, ao qual a missão do Geru também pertencia.

Nesse mesmo ano, o arcebispo da Bahia, Dom José Botelho de Matos se manifesta a respeito dessa questão¹³, pois de acordo com o prelado¹⁴, “embora os vigários das freguesias consultados por ele afirmassem atender adequadamente seus fregueses, era notória “a extensão deste Arcebispado, e de muytas das suas Vigayrarias”¹⁵ Sendo assim, seria conveniente a criação de uma nova freguesia na cidade, três no recôncavo, quatro no sertão de baixo, uma no ramo das vilas do sul e quatro no sertão de cima, as quais, somadas às 64 existentes, totalizariam 77 em todo o Arcebispado.¹⁶

Em suas ações para resolver essas questões, o arcebispo da Bahia não se preocupou apenas com o aumento no número quantitativo de paróquias, se preocupou também com as visitas episcopais¹⁷ que deveriam ser feitas a esses lugares. Já por volta de 1753, devido a sua já idade avançada e limitações de saúde, este nomeia o padre Antônio de Oliveira como seu visitador nas paróquias do sertão de baixo. Nas visitas do padre Antônio, era elaborado por ele relatórios sobre as missões ao qual visitava. Segundo esse relatório, “as missões que aparecem neste relatório estão assim distribuídas: cinco dos jesuítas (as mesmas transformadas em vilas a partir de 1758), duas dos capuchinhos, duas dos carmelitas observantes, uma dos franciscanos e uma dos carmelitas reformados ou descalços”, percebendo assim que “as missões representavam mais de um terço do total de locais visitados, excluindo-se as capelas particulares, das quais não há registros de crismas”¹⁸.

¹³ Como veremos a seguir, D. José Botelho de Matos foi o principal responsável pela aplicação do alvará de 8 de maio de 1758 na Bahia, no tocante ao afastamento dos jesuítas das aldeias, que seriam transformadas em paróquias e providas por párocos do clero secular. Além disso, ele foi nomeado subdelegado da reforma apostólica da Companhia de Jesus pelo Cardeal Francisco Saldanha, no mesmo ano. Sobre a atuação deste prelado, cf. VIVAS, Rebeca D. de Souza. Aspectos da ação episcopal de D. José Botelho de Matos sob a luz das relações Igreja-Estado (Bahia, 1741-1759). Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2011.

¹⁴ Título honorífico de certos dignitários eclesiásticos, como por ex: bispos, abades, provinciais, etc.

¹⁵ AHU/BA, Avulsos, cx. 98, doc. 7751.

¹⁶ Ibidem. De fato, durante o tempo em que permaneceu à frente do arcebispado, José Botelho de Matos conseguiu a criação de pelo menos seis freguesias, sem contar as que foram eretas nas antigas aldeias dos jesuítas. Cf. RUBERT, A igreja no Brasil, op. cit., vol. 3, p. 179.

¹⁷ Relativo ou pertencente ao Bispo.

¹⁸ SANTOS, 2012. P. 151.

Anos mais tardes, todas essas questões serão resolvidas, com a promulgação da Carta Régia¹⁹ de 08 de maio de 1758, que determinava quais aldeias ou missões do espaço sertanejo da capitania fossem transformadas em paróquias ou vigararias, sendo entregues ao clero secular. Esta foi também dirigida ao arcebispo da Bahia a fim de aplicá-la algumas dessas determinações em sua arquidiocese.

A carta régia determinava que essas atribuições de transformações estavam:

(...) a cargo do próprio arcebispo, que ficaria responsável por instituir e presidir um Tribunal especial da Mesa da Consciência e Ordens, junto com os mesmos ministros ultramarinos enviados do reino para compor o Tribunal do Conselho Ultramarino, como determinava a carta régia de 19 de maio de 1758 e as demais ordens emanadas sobre o assunto.²⁰

Ainda assim, havia-se certo de que no arcebispado da Bahia havia um número suficiente de clérigos para os novos encargos determinados pelo rei. Este ainda determinava que:

(...) em cada huma das Aldeyas de Indios, que novamente mando erigir em Vilas, e Lugares, e nas mais em que de novo se forem aldeando os referidos Indios, em lugar de cada huma das Paroquias, que até agora administravaõ os Religiozos da Companhia de Jezus com a denominação de Missoins, constituais huma Paroquia com o titulo de Vigairaria.²¹

A carta régia também denotava a necessidade de intervenção do reino caso o arcebispo tivesse necessidade, pois alertava o arcebispo para que:

(...) se houvesse qualquer tentativa, por parte dos missionários em resistir às mudanças ou levar consigo algo do que pertencia às aldeias, “como praticaraõ em algumas do Maranhão, escandalozamente”, deveria contê-los, usando, se necessário, o auxílio do braço secular, recorrendo ao governador, pois era notório “que nas mesmas Igrejas não há coizas, que não consista em huma pequena parte do trabalho dos Indios Paroquianos, e dos frutos por elles cultivados.”²²

¹⁹ Carta Régia é o nome dado ao documento oficial assinado por um monarca que segue para uma autoridade sem passar pela chancelaria, geralmente contendo determinações gerais e permanentes.

²⁰ AHU/BA, Castro e Almeida, cx. 20, doc. 3635. Transcrito em ABN, XXXI, pp. 298-299. Também presente em AHU/BA, Avulsos, cx. 136, doc. 10523. Na minuta da carta endereçada ao arcebispo consta a observação de que as mesmas ordens fossem enviadas para os demais prelados ultramarinos, com a diferença que apenas na Bahia houve a instalação do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens.

²¹ AHU/BA, Avulsos, cx. 136, doc. 10523. Em versão anotada desta carta aparecem referências e citações de diversas bulas pontificias e tratadistas do período. Cf. AHU/BA, Castro e Almeida, doc. 3885.

²² Idem. Cartas de igual teor foram enviadas para os Bispos do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Para que as determinações do rei propostas na carta régia fossem implantadas, outra medida foi tomada com nomeação do arcebispo da Bahia a presidência do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens²³, que seria composto na Bahia. A carta que o instituiu (também datada de 19 de maio), afirmava que “entre todos os negocios, que prezenemente ocorrem nesse Estado, hé o mais importante o de dar Parochos próprios do Habito de S. Pedro aos Indios na forma, que vos encarreguei”²⁴.

Segundo Hoornaert (1994), “criou-se em Lisboa a “Mesa da Consciência e Ordens”, uma espécie de tribunal missionário que decidia em assuntos de organização tipicamente missionária”.

A instituição desse tribunal seria um fator determinante no processo de mudanças nas missões, pois determinava explicitamente a remoção dos jesuítas, como nos afirma Santos:

Ao instituir o Tribunal da Mesa, entretanto, a carta régia fazia referência explícita “à remoção dos Parochos actuais da Companhia de Jezus, e provimento dos Clerigos seculares”.Aparentemente, estariam excluídos os missionários e as aldeias pertencentes ou administradas pelas demais ordens religiosas. (SANTOS, 2012, p. 155).

O tribunal exerceria a função, ainda segundo Santos de:

(...) remover os jesuítas das aldeias (simultaneamente à sua transformação em vilas pelo Tribunal do Conselho Ultramarino), transformá-las em paróquias, selecionar e nomear novos párocos do clero secular, e estabelecer-lhes cõgrua a ser paga pela Fazenda Real. Em síntese, promover a completa assimilação das antigas missões à autoridade diocesana. (SANTOS, 2012, p. 155)

É importante ressaltar, que “as atividades do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens estavam relacionadas também à reforma apostólica da Companhia de Jesus, determinada pelo papa Benedito XIV” (SANTOS, 2012, p. 155), tudo que estava sendo feito estava de acordo com a Santa Sé²⁵ e o arcebispado da Bahia. O arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Matos ainda será elevado a um novo cargo para designar essas reformas:

²³Este foi o nome dado ao tribunal instituído por D. João III em 1532, com a função de tratar de assuntos relativos ao direito e administração dos mestrados das Ordens militares que tinham passado para o reino, entre outros assuntos.

²⁴AHU/BA, Avulsos, cx. 136, doc. 10540. Também presente em: ibidem, cx. 136, doc. 10523.

²⁵ A Santa Sé, também chamada de Sé Apostólica, do ponto de vista legal, é distinta do Vaticano, ou mais precisamente do Estado da Cidade do Vaticano. Este “é um instrumento para a independência da Santa Sé

D. José Botelho de Matos, arcebispo da Bahia, foi nomeado subdelegado do Cardeal Saldanha na reforma da Companhia de Jesus, com a responsabilidade de implantar a reforma apostólica da Companhia de Jesus no âmbito do seu arcebispado. Ele aceitou o encargo no dia seguinte à chegada das ordens régias e nomeou para seu adjunto o Vigário Geral, padre Gonçalo de Souza Falcão.²⁶

Com esses feitos, ações são tomadas, sendo a primeira delas, a convocação dos jesuítas, para que estes fiquem “a par” da situação. Segundo Santos:

O vice-rei nomeou o desembargador Fernando José da Cunha, que no dia 7 foi até o Colégio e intimou os jesuítas ali presentes a se reunir em um local adequado para ouvir a leitura da Bula de Benedito XIV e da carta que nomeava o arcebispo da Bahia como subdelegado do Cardeal Saldanha. No mesmo dia os jesuítas se dirigiram até a residência do prelado para “render-lhe a obediência devida como seu Reformador”, atitude depois repetida pelo Provincial – que não se encontrava presente no momento anterior – e pelo Reitor do Seminário existente na cidade. No dia 9 o arcebispo mandou que seu secretário e adjunto na reforma, Gonçalo de Souza Falcão, intimasse a leitura do Mandamento do Cardeal Saldanha perante a comunidade reunida novamente no Colégio da Bahia. (SANTOS, 2012. p. 156).

Dias depois, “no dia 14, após a primeira reunião do Tribunal do Conselho Ultramarino, o Provincial foi avisado de que os jesuítas residentes nas aldeias deveriam deixá-las assim que chegassem os novos párocos”²⁷.

É perceptível também, que as novas paróquias mantiveram os mesmos oragos das antigas aldeias. Como já citado, a missão do Geru também estava também inserida nesse processo de mudanças, pois pertencia ao arcebispado da Bahia.

Segundo um dos Livros de Tombo da Arquidiocese de Salvador da Bahia, em cópia encontrada nos arquivos da Igreja do Geru, a:

Paróquia de N. S. do Socorro de Tomar foi erecta em 11 de setembro de 1758, sendo antes missão dos jesuítas. Tem uma igreja muito decente e rica de alfaías sagradas; Junto a mesma está a casa de residência do pároco, a qual era antigamente um colégio da Companhia de Jesus.²⁸

que, por sua vez, tem uma natureza e uma identidade própria *sui generis*, enquanto representação do governo central da Igreja” Tem como o seu atual líder, o Papa Francisco.

²⁶ De acordo com o conselheiro José Mascarenhas, “o Vgr.o G.al tem particularm.te conferido comsigo tudo o que obra; e me parece homem capaz, e de probid.eelleheq.m trabalha o mais; por q o Arceb.osuppостоhe douto, bem intencionado, e virtuozo, se acha com mais de 80 an.s e por isso p.a pouca applicaçã”. AHU/BA, Castro e Almeida, cx. 20, doc. 3686.

²⁷ AHU/BA, Castro e Almeida, cx. 20, doc. 3674.

²⁸ Essa informação sobre a ereção da Paróquia de N. S. do Socorro de Tomar do Geru foi encontrada em cópia de parte do Livro de Tombo da Arquidiocese de Salvador, cópia está presente nos arquivos da Paróquia, porém, vale ressaltar que a cópia não dar indícios ao número do Livro de Tombo ou página em que foi retirada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho observamos que com a chegada das Ordens religiosas, mais especificamente a Companhia de Jesus, às colônias do novo mundo estas implantaram um processo de grandes mudanças no contato com as culturas nativas aqui encontradas. Traziam na sua bagagem os dogmas e doutrinas da fé católica, que passava por um momento de crise, com a ruptura e reforma protestante de Martinho Lutero.

Era o momento de barrar a expansão do protestantismo e difundir a fé católica nas terras além-mar, além a Europa, e esse era um dos propósitos almejados por essa ordem. Como o Brasil eram uma recém-criada colônia de Portugal, abrigava aqui um grande número de povos indígenas nativos, que caracteristicamente já viviam seus costumes e práticas.

O contato dessas tão diferentes culturas: a branca europeia com a nativa indígena da colônia não se deu de forma tão pacífica, pois o branco religioso que aqui chegava trazia junto de si um propósito de grandes transformações e rupturas com as práticas culturais encontradas. E esse choque cultural gerou também suas problemáticas gerando confrontos entre os indígenas e religiosos.

Pudemos perceber também que o objetivo da Companhia de Jesus, nas terras brasileiras, se deu para além da expansão da fé católica, catequizar e converter os indígenas a nova fé desconhecida que chegava e assim conseguir mais fiéis para a Igreja Católica que via sua estrutura se desestabilizar com o crescimento do protestantismo. E assim nesse trabalho catequizador pudemos perceber a criação das missões nas aldeias indígenas, com destaque para a missão da aldeia do Geru nas terras acima do Rio Real na divisa com a Bahia, tema central desse estudo.

Ao chegarem à aldeia do Geru, os religiosos jesuítas se depararam com uma população indígena bem organizada, os chamados índios “Kiriris”, que como muitos outros povos indígenas mantinham o seu modo de viver “selvagem”, de acordo com a sua cultura e práticas religiosas próprias.

Notamos que no processo de implantação das primeiras práticas religiosas trazidas pelos jesuítas na aldeia do Geru, se deram pela catequização dos indígenas e ensinamentos da fé católica, por meio do ensinamento a respeito do catecismo da igreja, sacramentos e modo de viver de acordo com o catolicismo que estava sendo imposto, que resultaram na criação da Paróquia de Nossa Senhora do Socorro, em 1758.

FONTES

MANUSCRITAS

ARSI - ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU, BRASILIA EPISTOLAE, ROMA.

AHU - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

- Capitania da Bahia (Castro e Almeida) Documentos: 344, 3635, 3674, 3686, 3738, 3885 10701, 12568.
- Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia: Documentos: 275, 6712, 7231, 7751, 10523, 10540, 10541, 10623, 10636, 10649, 10655, 10657, 10680, 10697, 10701.

APEB - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

- Ordens Régias Livros/maço: 60.
- Dossiês sobre aldeamentos e missões indígenas Maço: 603. Caderno 11.
- 1759 s/d - Instrução para criação de vilas. Maço 603. Caderno 15.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDRADE, Edla Tuane Monteiro. **Devoções Católicas Sergipanas: História, Representações e Fé (1590-1718)**. Edla Tuane Monteiro Andrade – São Cristóvão, 2014.2.

ARNAUT DE TOLEDO, Cêzar de Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. **A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas do Pe. José de Anchieta**. Acta Scientiarum. Maringá, V. 25, n. 2. p. 257 – 265. 2003.

CAEIRO, José. **Os jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marques de Pombal**. Bahia: Escola Tipografica Salesiana, 1936.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Edição fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

CARPEAUX, Otto Maria. **Teatro e Estado Barroco** [1942]. Estudos Avançados, São Paulo, IEA-USP, v. 4, n. 10, set/dez. 1990. p.7-36.

COSTA, Lucio. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil**. Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, SPHAN, Ministério da Educação e Saúde, 1941, n. 5, p. 9-103. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em 22 dez. 2016.

DANTAS, Beatriz Góis. **Missão Indígena no Geru**. Aracaju: UFS, 1973.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colônia (1550 – 1800)**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945.

LIMA Junior, Francisco Antônio Carvalho. **Uma página sobre a Companhia de Jesus em Sergipe (1575-1759)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 31. 1992. p. 177 - 194.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII**. Tese (doutorado em História).

Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2005.

NEVES, Luis Felipe Baêta. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Historia da Educação em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil**. 4 v. Santa Maria, RS: Editora Palloti, 1981/1993.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Aldeamentos indígenas em Sergipe colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia histórica**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2004.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. **Conquistas da fé na gentilidade brasileira: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)**. Aracaju: EDISE, 2016.

_____. **Conquistas da fé na gentilidade brasileira: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)** / Ane Luíse Silva Mecnas Santos – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2011.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)** / Fabricio Lyrio Santos. – Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

SANTOS, Roberto Sousa. **A reestruturação sociorreligiosa em Sergipe, no final do século XVIII/ Roberto Sousa Santos; orientação [de] Orivaldo Pimentel Lopes Junior**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.

SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Severino Vicente da. **Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil Perspectiva Histórica** – Fernando Londoño (org.), São Paulo, 1987. In: CLIO – Revista do PPGH da UFPE. Nº 17. Recife, UFPE, 1998.

SILVEIRA, Geni de Fátima Pires da. **A constituição do clero na província de Sergipe d'El Rei no século XIX: o concurso para provimento do cargo de Vigário Colado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha – 1835**. São Cristóvão/SE, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira. Seus fundamentos econômicos**. 3.ed. Integralmente refundida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

VIVAS, Rebeca D. de Souza. **Aspectos da ação episcopal de D. José Botelho de Matos sob a luz das relações Igreja-Estado (Bahia, 1741-1759)**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2011.

ARTIGOS

FARIA, Marcos Roberto de. **Pedagogia da vigilância: o jesuíta na aldeia (séculos XVI e XVII)**. In. Cadernos de Pesquisa v.46 n.162 p.1010-1026 out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n162/1980-5314-cp-46-162-01010.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

MECENAS, Ane Luíse Silva. **Registros da Cristandade no Novo Mundo: A Catequese Jesuítica em Sergipe Colonial.** Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0757.pdf>. Acesso em 04 de março de 2017.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Aldeamentos Jesuítas e Política Colonial na Bahia. Século XVIII.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/19051/21114>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.